

## **Mídia e movimentos sociais: um esboço metodológico a partir da *frame analysis* de Erving Goffman<sup>1</sup>**

*Kelly Cristina de Souza Prudencio<sup>2</sup>*  
*Jocelaine Josmeri dos Santos<sup>3</sup>*

---

**Resumo:** Este artigo debate do ponto de vista teórico-metodológico a relação entre movimentos sociais e a mídia a partir da noção de *frame analysis* idealizada por Erving Goffman e da sua apropriação pela teoria da mobilização política. Um dos lugares onde os *frames* de um movimento social podem ser identificados e analisados é a mídia. É nesse espaço que os atores coletivos buscam inscrever no espaço público sua direção interpretativa. Mesmo que num primeiro momento precisem assimilar alguns aspectos desses frames vigentes (da mídia) para conseguir entrar na arena midiática, os movimentos sociais, num processo de re-frame, subvertem a lógica midiática para atender seus próprios interesses.

**Palavras-Chave:** Mídia, movimentos sociais, frames.

---

### **1. Mídia e movimentos sociais**

Na análise dos fenômenos sociais inúmeras abordagens são possíveis. Cabe ao pesquisador decidir qual caminho metodológico percorrer, levando em conta as características do seu objeto, objetivos a serem alcançados e também, porque não, formação e afinidade pessoal.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia Política (UFSC), professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Email: [kellyprudencio@ufpr.br](mailto:kellyprudencio@ufpr.br).

<sup>3</sup> Mestranda, aluna do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Email: [jojoseri@gmail.com](mailto:jojoseri@gmail.com).

Em especial no caso da comunicação, a preocupação metodológica pode ser ainda mais relevante se levarmos em conta a natureza recente dos estudos de comunicação, como lembra LOPES (2003). Para a autora, é necessário enfatizar o caráter reflexivo da prática da metodologia para poder fundamentar e legitimar todas as decisões do pesquisador em relação ao andamento da pesquisa. A falta desse cuidado pode comprometer toda a pesquisa.

Sabemos que as opções metodológicas são feitas em função de um conjunto *amplo* de critérios vinculados aos projetos concretos de investigação. Entretanto, é importante salientar que essas opções são normalmente tomadas com baixo grau de consciência por parte do investigador. No caso das pesquisas de Comunicação Social, esse fato se expressa, em princípio, por uma quase *ausência de explicitação da estratégia metodológica* que sustenta a investigação (LOPES, 2003:101).

No caso dos movimentos sociais, poucas teorias valorizam a comunicação midiática como um elemento importante na compreensão desses fenômenos. Entre os principais autores que indicam a importância da mídia para a compreensão da mobilização política está Gamson (1990), que procura examinar o discurso da mídia e o processo de difusão e disseminação dos movimentos pela mídia.

Embora não trate da mídia diretamente, Sidney Tarrow e Bert Klandermans apontam para a construção da identidade como processo negociado entre os movimentos e seus interlocutores (GOHN, 1997), a partir do que é possível situar a mídia como um deles.

Um ponto de partida interessante nesse sentido é a teoria da mobilização política (MP), que entende que o aspecto simbólico das ações dos atores coletivos não pode ser deixado de lado pelos pesquisadores na hora de analisar os movimentos sociais. Entre outras características, a MP busca na psicologia social e no interacionismo simbólico os elementos para compreender o comportamento coletivos dos movimentos sociais (GOHN, 1997).

Partindo do princípio de que as interações humanas continuam a base da sociedade, os interacionistas propõem o abandono dos modelos tradicionais de pesquisa científica, que continuavam a tentar compreender a sociedade através da relação estímulo-resposta. Em seu lugar entrariam em cena pesquisas qualitativas, que levam

em conta o contexto do grupo analisado, bem como a inter-relação entre os diversos meios de comunicação e a trama social *na qual* o processo a ser estudado acontece.

Como aponta Blumer (1982), tal projeto tem a pretensão de possibilitar ao pesquisador uma aproximação mais efetiva com a realidade a ser estudada. Para tanto ele deve levar em conta a complexidade dessa mesma realidade. De forma resumida ele aponta aspectos complicadores para as análises dos meios de comunicação. O primeiro deles seria a incapacidade de se dimensionar a rede de influências que perpassam as relações entre os diversos meios de comunicação. Nas palavras do autor,

la influencia de los medios de comunicación ha de ser enfocado necesariamente como un hecho discreto y cualitativamente constante, mientras que en la vida real esta entretrejida con otros factores de comunicación y sujeta a cambios de contenido (BLUMER, 1982:147).

Outros pontos problemáticos são a composição variável das audiências/receptores dos meios de comunicação; a variação de interpretação dos receptores frente a uma mesma mensagem e também a natureza dinâmica do mundo real, onde a experiência e as relações estão em constante mudança, que influenciar também os meios de comunicação.

Por causa desses fatores, Blumer elabora uma espécie de “roteiro” para orientar as pesquisas a partir da perspectiva interacionista. Ao todo são cinco indicações de como a pesquisa deverá ser conduzida. O primeiro ponto é procurar refletir com o máximo de fidelidade o mundo empírico no qual o fenômeno *ocorre*. Também é necessário “determinar el estado de sensibilidad de la población con respecto a los medios de comunicación. Ello implicaría captar la tendencia de las personas a través de sus experiencias en desarrollo”(BLUMER, 1982:148). Fica evidente nesse ponto a valorização dada pelos interacionistas ao processo de se compreender os meios de comunicação através do olhar dos próprios usuários dos meios. O meio material ou a tecnologia em si pouco dizem se não levamos em conta a sensibilidade do grupo a ser acompanhado.

Blumer também considera que se deve “considerar el modo en la influencia de los medios de comunicación intervienen en la experiencia de las personas, en lugar de recurrir inmediatamente a sus supuestos efectos”. Mais uma vez o autor enfatiza a

necessidade do pesquisador deter-se na análise da relação existente entre as pessoas e os meios de comunicação.

Outro ponto que deve orientar o trabalho do pesquisador é tentar estudar os meios de comunicação em relação com outras possíveis influências que possam existir dentro do grupo a ser analisado. Esse ponto parece ser um dos mais complicados de ser levado a efeito, uma vez que, dadas as características da própria sociedade, é praticamente impossível ao pesquisador mensurar todas as fontes de influência a que estão submetidos um determinado grupo. O próprio **autor** reconhece as dificuldades de aplicação desse método de análise.

Es evidente que, para adaptarse a estas cinco características se necesita un nuevo tipo de enfoque, una forma diferente de plantear los problemas, un nuevo enfoque de muestreo, una selección de datos diferentes e una forma distinta de relacionarlos. Este enfoque requiere una dimensión histórica, a fin de descubrir el cauce a lo largo de cual las personas se preparan o sensibilizan para responder a la influencia de los medios de comunicación (BLUMER, 1982:149).

É importante notar que mesmo que se refira às mídias tradicionais, a perspectiva de análise colocada por Blumer pode ser um ponto de partida interessante para as pesquisas que envolvam novas tecnologias, hoje usadas pela maioria dos movimentos sociais. Desta forma seria possível pelo menos em parte buscar, como defende Wolton (2010), a reafirmação do caráter essencialmente social da comunicação, afastando-se da mera análise tecnicista e buscando compreender as tecnologias da informação a partir do olhar de seus próprios usuários.

## **2. Frame Analysis**

É essencialmente em Ervin Goffman (1974) que a MP encontra apoio para suas análises. Ele consegue elaborar uma sociologia voltada essencialmente para o cotidiano, **no qual** a vida é um verdadeiro drama, com homens e mulheres lutando exaustivamente para moldar uma imagem de si mesmo convincente para os outros (GOHN, 1997:74). Para compreender melhor a dinâmica desse processo, o autor utiliza o conceito de

*frames*, que no caso dos movimentos sociais pode ser entendido como sendo “marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva”.

O conceito de *frame* no contexto dos movimentos sociais foi introduzido por Snow et al. (1986) e posteriormente aplicado e desenvolvido por outros como Gamson, Meyer, Gerhards, Rucht, Walgrave e Manssens. (VAN AELST e WALGRAVE, 2004). Refere-se genericamente à forma pela qual os atores coletivos organizam e expressam os significados da ação.

Um dos lugares onde os *frames* de um movimento social podem ser identificados (e analisados) é a mídia. Praticamente todos os movimentos sociais contemporâneos utilizam a mídia estrategicamente como um espaço para obter visibilidade e debater suas demandas. É nesse espaço que os atores coletivos buscam inscrever no espaço público sua direção interpretativa.

Desta forma, os *frames* podem ser reconhecidos nas ações de visibilidade dos movimentos, como materiais de divulgação e nos próprios protestos, como sugere Tarrow (2009). Diante disso, a dimensão simbólica da ação coletiva não pode ser negligenciada pela análise sociológica. Ela é que auxilia na apreensão da ação como ela é definida pelos próprios atores, o que, tanto para Castells (2000) quanto para Melucci (1999) é a chave para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneos e das estratégias de ação empregadas.

Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos. (MELUCCI, 2001:21).

Por isso, o autor considera as formas de comunicação dos atores um dos níveis de análise significativos (junto com os processos de mobilização, formas organizativas, modelos de liderança e ideologias). Esse aspecto da ação coletiva também é interessante para explorar o que Scherer-Warren (2005) define como dimensão cognitiva das redes de movimentos sociais, a qual refere-se à faculdade dos atores em rede de atribuir novos significados para a ação.

Assim, os atores dos movimentos sociais contemporâneos evidenciam esse caráter da sociedade contemporânea ao lutarem pela nomeação dos problemas discutidos de uma forma própria, orientada por seus interesses que, por sua vez, opõem-se aos significados estabelecidos pelas agências definidoras dos códigos e linguagens, principalmente a mídia.

Esse conflito se estabelece numa relação de oposição entre dois ou mais atores que se confrontam para o controle de recursos, aos quais ambos atribuem valor (MELUCCI, 2001:36). Os significados entram na constituição do campo de embate, estão abertos a interpretações múltiplas e, portanto, nunca sob total controle.

Justamente nessas vulnerabilidades abertas pelos processos de atribuição de significado que Goffman (1974) localiza o trabalho dos *frames*. A conexão entre o particularismo do ator e certos valores gerais (verdade, liberdade, justiça, emancipação, etc.) é um mecanismo chave da atividade de *frame* de um ator coletivo.

Mas estes *frames* são ambivalentes. Os adversários compartilham o mesmo campo de ação, mas o interpretam de maneiras diferentes, como parte do esforço de submeter o outro ao seu controle. Essa interpretação é também *misinterpretation*, na medida em que o outro é destituído de legitimidade. Para Melucci (1996:356), a tarefa da análise sociológica é desvendar o campo além das dos *frames* particulares dos atores e revelar suas tensões internas. Ou seja, a análise pode detectar a ambivalência desses discursos e reconhecer o campo de conflito comum aos adversários.

Nesses termos, o uso estratégico da mídia se encontra em todos os movimentos contemporâneos. Através dela, a percepção do mundo é alterada, na tentativa dos atores de tentar se livrar da codificação imposta pelos *frames* estabelecidos. Na perspectiva da *frame analysis*, esses embates são entendidos como *frame contests*. Na verdade, somente nos momentos em que um *frame* estabelecido é desafiado é que suas margens são reveladas.

Na perspectiva da MP, a ação coletiva é o resultado do aproveitamento de oportunidades políticas. Segundo Kriesi et. Al. (citado por TARROW, 2009:99), essas oportunidades precisam ser conhecidas e, portanto, devem ser vistas. Mas para que a ação desemboque na formação de movimentos sociais, o processo exige que os atores (*challengers*) empreguem repertórios de confronto conhecidos, enquadrem suas

mensagens e construam estruturas de mobilização unificadoras. As oportunidades oferecem informação para a mobilização quando revelam aliados e expõem fraquezas dos adversários. “Uma vez formados e ao informarem sobre suas ações, os movimentos *criam*<sup>4</sup> oportunidades – para seus próprios apoiadores, para os outros, para os partidos e para as elites”(TARROW, 2009:100).

A criação das oportunidades depende, portanto, da conquista de um certo espaço na mídia de massa, a única instituição capaz de espalhar os *frames* da ação coletiva de modo a construir uma imagem unificadora para os atores engajados naquela ação. Há nesse processo um conjunto de interações entre diferentes atores sociais, com resultados imprevistos.

Koopmans (2002:04) afirma que os movimentos precisam da mídia para mobilização, validação e alargamento do escopo do conflito; precisam introduzir seu discurso na esfera pública a fim de conseguir adesão; a mídia valida o fato que o movimento é um jogador importante; e a introdução ou subtração de jogadores altera relações de poder. Mas a mídia também é crucial para o fluxo de comunicação da direção inversa: o discurso midiático é fonte de informação estratégica nas quais os ativistas baseiam suas decisões e mesa de reuniões para avaliação de estratégias e, como tal, provê de informação para posteriores *rounds* de interação.

A maneira pela qual essa interação se dá é pelo concurso de enquadramentos interpretativos dos atores em disputa (*frame contest*). Os *frames* são dispositivos enfatizadores de significados atribuídos pelos atores sociais às injustiças de uma condição que compartilham. é o trabalho de nomear descontentamentos e construir quadros de significado mais amplos que orientem a ação em contextos particulares. O momento em que esses *frames* ficam visíveis é no confronto político aberto (TARROW, 2009).

O processo de *framing* visa a mobilização do consenso em torno de um problema, o que seria inimaginável sem a interação com a mídia. De acordo com Klandermans (1988), a formação do consenso produz definições coletivas de uma situação, mas não produz ação coletiva. Para isso, é preciso difundir as perspectivas de um ator social

---

<sup>4</sup> Grifo do autor.

entre partes de uma população. É aí que se instala a disputa de significados com outros atores sociais, entre eles, governos e a própria mídia.

A mídia é uma fonte difusa de formação de consenso, de difícil acesso para os movimentos (TARROW, 2009). Por isso, toda estratégia de *framing* recorre a sutis transformações, propiciadas pelas oportunidades políticas contingentes, do quadro interpretativo abrangente (*master frame*).

É a combinação de novos quadros interpretativos inseridos numa matriz cultural que produz quadros interpretativos explosivos de ação coletiva. Combina-los depende dos atores envolvidos na luta, dos oponentes que enfrentam e das oportunidades para a ação coletiva. (TARROW, 2009:158).

### 3. Internet como cenário

Em pesquisa realizada por Prudencio (2006) verificou-se que o trabalho de contra-informação na internet, realizado pelos ativistas dos movimentos por justiça global configurou uma prática de apropriação do código jornalístico na produção de seus *websites*. Esse código constitui um *frame*, o qual enquadra a interpretação da realidade mostrada/construída. Nessa apropriação há um processo ao mesmo tempo de assimilação, indicação das margens do *frame* noticioso – entendido como *frame* primário – e estabelecimento de um *frame contest* com a grande mídia e simultaneamente de um *re-frame*, que caracterizou a forma pela qual se constitui a linguagem daqueles atores.

A discussão partiu da noção de jornalismo como sistema perito (Giddens), produtor de tipificações da realidade (Schütz e Tuchman), as quais enquadram os acontecimentos nos limites da sua estrutura interpretativa, definidora de critérios de noticiabilidade a partir de um sistema de relevâncias, o qual caracteriza sua linguagem (código). Os ativistas assimilam essa lógica e a subvertem em favor dos seus interesses. Primeiro apresentando-se publicamente nos protestos de modo a chamar a atenção da cobertura jornalística (portanto recriando a ação a partir dos critérios de noticiabilidade) e segundo utilizando esse *frame* jornalístico e produzindo sobre ele um ajuste, que se

verá mais adiante se tratar do que se definiu como “jornativismo”, num processo de *re-frame*.

Isso caracteriza o que Melucci (1996 e 1999) chama de luta pela apropriação do significado. O conflito se estabelece neste caso pela busca do poder da nomeação: a capacidade de atribuir à realidade e inscrever no espaço público diferentes direções de interpretação. Estava em jogo o que significa responsabilidade global sobre os rumos do desenvolvimento econômico, cultural e social, mediado pelos processos políticos. É assim que os atores coletivos desafiam os sistemas de poder, ao forçar a *accountability* dos centros de decisões. Com isso, credenciam-se para o debate político, ainda que para tanto recorram a uma linguagem etiquetada como pertencente ao sistema de poder que combatem.

A análise se organizou primeiro no reconhecimento dos atores em conflito nos protestos de Seattle, Washington, Praga, Québec e Gênova e nos dois primeiros encontros do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Isso para verificar como esses protestos continham na sua aparição pública elementos que se adaptam ao *frame* jornalístico (*frame alignment*). Trata dos ativistas atentos a esse caráter da ação coletiva contemporânea.

Posteriormente, a análise se voltou para a produção de contra-informação nos *websites*. A comunicação dos movimentos sociais na internet é chamada de mídia ativista, desenvolvida pelos *ativistas de mídia* e pelos *jornativistas*, sendo os primeiros ativistas que produzem material para expressar seu ponto de vista nos *websites* e os segundos, os profissionais de mídia que emprestam sua perícia à causa dos movimentos sociais.

A internet é adaptada às necessidades ideológicas e organizacionais dos movimentos, o que leva Van Aelst e Walgrave (2004) a identificar nesta parceria uma afinidade eletiva. Isso sugere que não há uma relação de causa e efeito entre internet e as ondas de protestos, mas uma transformação das formas de mobilização e comunicação políticas.

Antes de discutir alguns aspectos para a análise da ação coletiva contemporânea, especialmente do ativismo de mídia na internet, é interessante apontar a discrepância

entre as avaliações dos autores quanto ao potencial das Tecnologias de Comunicação e Informação em geral.

Para Lévy (1996), por exemplo, as TICs são verdadeiros instrumentos da democratização da informação e comunicação ao possibilitar a interação de todos-para-todos. Se nos meios de comunicação clássicos havia a “separação nítida entre centros emissores e receptores passivos isolados uns dos outros”, o mesmo não acontece com a comunicação mediada através das novas tecnologias.

No ciberespaço, em troca, cada um é um emissor e receptor potencialmente em num espaço qualitativamente diferenciado, não fixo, disposto pelos participantes, explorável. Aqui, não é principalmente por seu nome, sua posição geográfica ou social que as pessoas se encontram, mas segundo centros de interesses, numa paisagem comum do sentido ou do saber (LÉVY, 1996:113).

O espanhol Manuel Castells (1999) também coloca as tecnologias, principalmente as da informação, como ponto fundamental para a compreensão da sociedade contemporânea. Para ele, por exemplo, a tecnologia da informação foi essencial para as mudanças econômicas e sociais que aconteceram a partir da década de 1980. Mas mesmo reconhecendo a importância das TICs, Castells não apresenta a mesma ingenuidade de Lévy, uma vez que reconhece que boa parte do desenvolvimento tecnológico foi conduzido pelos interesses de grupos econômicos privados. Já Lévy (1999:27) enfatizava que

Essas tecnologias, todas impregnadas pelos seus primeiros usos e dos projetos de seus criadores, nascidas no espírito de visionários, transmitidas pela efervescência de movimentos sociais e práticas de base, vieram de local inesperado para qualquer “tomador de decisões”

Mesmo apontando a importância das novas tecnologias para a configuração da sociedade contemporânea, Castells também não admite que a tecnologia possa determinar os rumos da sociedade, mas considera que sociedade e tecnologia não podem ser separados. Segundo ele,

É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive

a criatividade e a iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. Na verdade, o problema do determinismo tecnológico é um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas (CASTELLS, 1999: 43).

Para o autor, a sociedade atual pode ser melhor compreendida a partir da aplicação do chamado paradigma da tecnologia da informação. Esse paradigma possuiria três características básicas que serviriam de base material da sociedade da informação. A primeira seria que elas “*são tecnologias para agir sobre a informação*”; a segunda característica aponta a “*penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias*” e por fim a “*lógica das redes*”. O próprio autor também usa a denominação de “sociedade em rede” para definir a sociedade contemporânea, destacando a importância desse conceito.

O autor argumenta que graças à tecnologia da informação a configuração de rede pode ser colocada em prática em todas as organizações e processos. Essa morfologia específica poderia dar conta de explicar a complexidade cada vez maior nas relações de interação social e dos resultados (imprevisíveis) dessas relações.

Segundo ele as redes devem ser entendidas como estruturas essencialmente abertas, que podem se expandir sem limites e integrar novos integrantes (nós), desde que os seus integrantes possam comunicar-se entre si. Caso isso aconteça, a rede permanece estável e equilibrada, mas ao mesmo tempo dinâmica.

Diferente dos autores citados anteriormente, Wolton possui um posicionamento muito mais crítico em relação às TICs. Para ele, a comunicação não pode estar subordinada às tecnologias. Tampouco seria adequado usar termos como sociedade digital, sociedade da informação, sociedade em rede ou democracia digital para referir-se à sociedade contemporânea. O principal problema, segundo o autor, é confusão feita entre a realidade técnica e a sociedade, o que colocaria os dispositivos técnicos como centro de um modelo de sociedade, atribuindo-lhes “um poder normativo, e excessivo às tecnologias de comunicação, transformadas em principal fator de organização e sentido da sociedade” (WOLTON, 2010:30).

O autor ressalta ainda a confusão que existe entre melhoria do aparato tecnológico e melhor comunicação. Essa distorção nasce da visão (ou ideologia) tecnicista. Por mais que as tecnologias possam facilitar a comunicação, isso não é mais suficiente.

A midiaticização da transmissão e a interação não produzem necessariamente um sistema de comunicação. Sim, as tecnologias progrediram consideravelmente permitindo melhorar as comunicações sociais. Não, elas nunca serão suficientes para resolver as aporias existenciais da comunicação humana, ou, então, estamos caminhando para “solidões interativas”(WOLTON, 2010:31).

Numa crítica direta à ideia de Lévy de que seria possível concluir o antigo projeto iluminista de emancipação do homem através da tecnologia, Wolton aponta que os homens vivem hoje numa verdadeira relação de dependência e servidão voluntária com as tecnologias. Tal dependência se revela, por exemplo, na relação com a Internet. “Ontem, receber e-mails era um privilégio, quase um símbolo de poder. Hoje, é um fardo”, lembra o autor. Mesmo assim, ela continua a manter seu fascínio, nascido em parte das sensações que seu uso desperta individualmente.

É a sensação de ser inteligente, competente, conectado, capaz de circular sem precisar pedir autorização. Numa palavra, ter confiança em si. Tudo isso é verdade. Com a internet se tem a impressão de sair das instituições e das suas limitações. Tudo parece possível. Abre-se uma nova fronteira. O indivíduo e a informação são soberanos e para uma geração isso tem valor de “utopia política”.

Um dos pontos mais criticados por Wolton é a aceitação tácita pelos pesquisadores da ideologia tecnicista. Hoje, segundo ele, qualquer iniciativa de crítica às TICs acaba sendo vista como reacionária e que “*manifesta uma recusa ao progresso e ao futuro, uma vez que atualmente a ideia de progresso está estritamente identificada com as novas tecnologias*” (WOLTON, 2005:33).

Entretanto, ele insiste, é necessário que os pesquisadores se dediquem ao tema, abandonando a perspectiva tecnicista e investigando a comunicação (e as novas tecnologias), mas a partir de um outro olhar. Para tanto, recomenda inicialmente não reduzir a comunicação apenas a uma problemática técnica. Para ele, quando se privilegia a dimensão técnica, também se está fortalecendo a visão materialista da

comunicação e deixando de lado seu aspecto social e cultural. E apenas assim, segundo o autor, seria possível contribuir para a uma visão humanística da comunicação.

Outro ponto fundamental seria a multiplicação de pesquisas junto ao público, aos receptores e usuários e também reexaminar as “utopias da comunicação”. Para Wolton, ao olharmos o passado encontraremos exemplos de como os discursos sobre as tecnologias são repetitivos, sempre enfatizando seu aspecto revolucionário para a sociedade e sendo aplicados continuamente a cada nova tecnologia que surge.

As críticas possuem um foco bem determinado. Defensor da chamada mídia generalista, ao criticar a visão tecnicista da comunicação (e por extensão também as TICs), ele também atua na valorização da mídia generalista, em especial da TV. Mesmo assim, sua crítica aos estudos que privilegiam o aspecto técnico e não o social na comunicação abre espaço para algumas reflexões.

Wolton parte do ponto de vista que a tal da sociedade da informação, dada como certa por Castells não pode ser considerada um modelo válido para explicar a sociedade. Tampouco vê nas tecnologias da informação a resposta para a construção de um novo futuro como Lévy. Sua posição é a dúvida e por causa disso abre-se espaço para o questionamento, para a busca, não de verdades, mas de outros olhares que possam ajudar a entender melhor a relação entre as pessoas e as TICs e quais as implicações dessa relação a sociedade em eterna construção.

No caso dos movimentos sociais, também pode existir há um certo deslumbre em relação aos usos das TICs. Por essa razão, a pesquisa com os coletivos na internet indica algumas orientações metodológicas no estudo da relação entre mídia e movimentos sociais. Como evidencia a teoria da mobilização política, os resultados da interação entre esses dois atores é sempre imprevisível e depende das oportunidades criadas/aproveitadas pelas partes em disputa, bem como do trabalho de *framing* que se estabelece no confronto.

Por isso deve-se observar o que há de “alternativo” na comunicação dos movimentos sociais na internet. Isso implica num cuidado conceitual para que, assim como se verifica nos estudos sobre movimentos sociais, qualquer iniciativa de comunicação provinda de atores coletivos seja considerada alternativa irrefletidamente. Uma pista foi dada por Downing (2002), que identificou diferenças nos projetos de

mídia de variados atores sociais. Mídia alternativa deixa de ser um *frame* primário para ser entendida como resultado da negociação dos diferentes atores em disputa pelo significado.

Um segundo aspecto trata de considerar o discurso presente nas manifestações e protestos como conjunto de argumentos competitivos na esfera pública, como forma de luta para fazer valer seu *frame*. O *frame contest* pode ser pensado como a estratégia dos atores coletivos para inscrever suas leituras da realidade no espaço midiático. Dessa forma, é possível entender as pequenas mobilizações de opinião como parte do processo de formação de esferas públicas alternativas (COSTA, 2003). E também é uma maneira de recuperar os pressupostos do interacionismo simbólico na análise da relação entre mídia e movimentos sociais.

O terceiro aspecto se volta para a análise das linguagens que se hibridizam nas falas e materiais informativos utilizados para fins de mobilização da opinião pública. É o princípio segundo o qual todas as interpretações partem de um *frame* de referência para sobre ele produzir ajustes de significado, que configuram *re-frames*. Esse ponto é importante, na medida em que considera o caráter aberto das relações sociais e a natureza complexa do espaço midiático.

Um quarto aspecto é a convivência de novas e “antigas” tecnologias, estas representadas principalmente pela televisão. O grande público ainda é o da TV. Assim, a internet, como “nova”, não esgota as possibilidades de pesquisa sobre a ação coletiva. Se ela é imprescindível para a construção do ativismo político contemporâneo, ela não é suficiente para a compreensão da relação entre mídia e movimentos sociais. Mesmo porque um confronto estabelecido na internet só alcança repercussão e força política quando transferido para a grande vitrine que é a televisão.

#### **4. Considerações finais**

A afinidade eletiva entre movimentos sociais contemporâneos e internet evidencia um fenômeno interessante: as TICs não são apenas instrumentos de

democratização da comunicação pela facilidade de oferta de outros significados para a informação, mas o próprio exercício democrático de disputa simbólica. Talvez seja o que Mouffe (2003) chama de pluralismo agonístico, ou seja, a convivência de pontos de vista e projetos de sociedade distintos e até divergentes, com concessões deste e daquele lado.

A autora frisa a importância do dissenso numa sociedade democrática, que não pode mais ser concebida como aquela que realizou o sonho de uma perfeita harmonia e transparência, mas como espaço no qual nenhum ator social poder atribuir a si mesmo a representação da totalidade. Assim, no conflito político, o “outro” não é visto como inimigo a ser destruído, mas como adversário, que possui o direito de lutar. Daí que o antagonismo entre inimigos seja convertido em agonismo entre adversários e seja também, para ela, o objetivo da política democrática.

A divergência diz respeito ao significado e implantação dos princípios ético-políticos da democracia, os quais, no entanto, são partilhados. O consenso é sempre provisório e baseado numa confrontação em curso. Isso significa que não há uma democracia como devir, mas se realizando. Embora o discurso dos movimentos sociais – como é típico de seu *frame* – apresente uma idéia de democracia como porvir, a sua prática contra-informativa evidencia o debate democrático acontecendo entre adversários políticos.

Os atores sociais encenam com seus adversários da mídia de massa um conflito em torno do significado da informação. Manejam recursos, constroem seus *frames* mediados pelas TICs, as quais recriam as experiências de enfrentamento. Lutam pela canalização da informação para um sentido que se torne predominante no fluxo contingente de opinião, ou seja, lutam para mobilizar a opinião pública para aumentar seus recursos simbólicos e legitimar sua posição no mercado público de discursos. Com isso, os ativistas pressionam os poderes instituídos a se tornarem visíveis, para então

negociar publicamente os significados para os problemas sociais.

As redes de comunicação são então canais de empoderamento dos movimentos sociais, diminuem a defasagem de recursos entre os adversários e abrem caminho para a inserção dos pontos de vista dos ativistas no debate público. Mas elas, as redes, não são desprovidas elas mesmas de disputa de poder, nem são absolutamente independentes das práticas que contestam.

A *frame analysis* permite perceber a ambivalência dos discursos dos atores e diferenciar suas orientações, bem como identificar as oportunidades que tornaram possível tal ação coletiva. O *frame* sustenta a definição da situação, mas está sempre referenciado nas formas tipificadas de interpretação da realidade, sendo uma delas o jornalismo. O *frame contest* é, portanto, uma ação reflexiva, pela qual os atores têm que redefinir a situação na interação com o outro, porque a realidade nunca acontece de forma típica. A mídia dos movimentos sociais oferece outras formas de tipificação, mas essa oferta só é possível porque houve um ajuste do *frame* contrário, subvertido para outra construção de sentido, com outro sistema de relevâncias.

Se os atores coletivos pretendem que essa mídia opositora tenha algum efeito político, é preciso ser estratégico e usar as mesmas armas dos adversários. Apostar numa mídia que recusa qualquer identificação com práticas já institucionalizadas é negar a própria cultura na qual se desenvolve o código de referência – o *frame* primário – que torna possível o entendimento.

A teoria da MP aliada aos estudos de comunicação pode ajudar a revelar as bordas desses *frames* e com elas as chaves dos desejos de transformação social presentes nas ações dos movimentos sociais.

## Referências

BLUMER, Herbert. El **Interaccionismo Simbólico: Perspectiva y Método**. Barcelona: Editorial Hora, 1982.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**. Esfera pública, democracia e configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

DOWNING, John. **Mídia ativista**. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOFFMAN, Ervin. **Frame analysis**. An essay on the organization of experience. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1974.

GAMSON, William. **The strategy of social protest**. Belmont, CA: Wadsworth Publications Co., 1990.

KLANDERMANS, Bert. *The formation and mobilization of consensus*. In: KLANDERMANS, Bert; KRIESI, Hanspeter & TARROW, Sidney (orgs.). **From structure to action: comparing social movement research across cultures**. Vol. 1. Greenwich, Conn, 1988.

KOOPMANS, Ruud (2002). *Movements and media: selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere*. (forthcoming in **Theory and Society**).

Disponível em [www.wz-berlin.de/poem/pdf/koopmans\\_mov\\_and\\_media\\_revised.pdf](http://www.wz-berlin.de/poem/pdf/koopmans_mov_and_media_revised.pdf)

KRIESI, Hanspeter; KOOPMANS, Ruud; DUYVENDAK, J.W. & GUIGNI, M.G. **The politics of new social movements in Western Europe**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1995.

LEVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

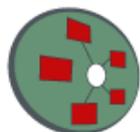
LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em Comunicação**. 7ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colegio de México, 1999.

\_\_\_\_\_. **Challenging codes**. Collective action in the information age. Cambridge: University Press, 1996.

MOUFFE, Chantal. *Democracia, cidadania e a questão do pluralismo*. In Revista Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. v. 1 n. 3. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.



IV Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011

PRUDENCIO, Kelly C. S. **Mídia ativista**. A comunicação dos movimentos por justiça global na internet. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes sociais: trajetórias e fronteiras*. In: DIAS, Leila; SILVEIRA, Rogério (orgs.). **Redes, sociedade e território**. Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2005.

SNOW, David *et al.* **Frame alignment and mobilization**. *American Sociological Review*, 1986, 51: 464-81.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

VAN AELST, Peter; WALGRAVE, Stefaan. *New media, new movements? The role of internet in shaping the 'antiglobalization' movement*. In: VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter. **Cyberprotest**. New media, citizens and social movements. London: Routledge, 2004.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

\_\_\_\_\_. **Internet, e depois?** Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.